

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)

TESSALI SOARES NABEKURA

**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS NAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS:
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

RIO DE JANEIRO
2018

TESSALI SOARES NABEKURA

**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS NAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS:
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profª. Dra. Simone da Rocha Weitzel

RIO DE JANEIRO
2018

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

N115a Nabekura, Tessali Soares
Aquisição de materiais bibliográficos nas
bibliotecas universitárias federais brasileiras:
Previsão orçamentária e alocação de recursos /
Tessali Soares Nabekura. -- Rio de Janeiro, 2018.
f. 47

Orientadora: Dr.^a Simone da Rocha Weitzel.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Biblioteconomia, 2018.

1. Alocação de Recursos. 2. Aquisição de materiais
bibliográficos. 3. Formação e Desenvolvimento de
Coleções. 4. Previsão orçamentária. I. Weitzel, Dr.^a
Simone da Rocha, orient. II. Título.

TESSALI SOARES NABEKURA

**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS NAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS:
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de
Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Biblioteconomia.
Orientadora: Prof^a. Dra. Simone da Rocha Weitzel

Aprovado em: _____ de _____ 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Simone da Rocha Weitzel (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo (Avaliador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Marianna Zattar Barra Ribeiro (Avaliadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aos meus amados pais: Josélia Soares e Naoya Nabekura

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final da graduação em Biblioteconomia foi resultado de um conjunto de esforços. Ressalto nesse parágrafo meus agradecimentos aos meus pais, Josélia Soares e Naoya Nabekura, por todo apoio e incentivo em todos esses anos de estudo.

Enfatizo o meu profundo agradecimento à minha querida e brilhante orientadora, Professora Simone da Rocha Weitzel, por todo o seu profissionalismo, atenção e ensinamento. Ser sua monitora foi uma grande honra, além de ter sido um privilégio desfrutar do conhecimento adquirido ao seu lado.

Agradeço aos Professores Eduardo da Silva Alentejo e Marianna Zattar Barra Ribeiro pela presença na minha banca de avaliação. Obrigada por todo esforço empreendido a fim de tornar essa pesquisa melhor.

Agradeço a todos os Bibliotecários das universidades federais brasileiras que se esforçaram para participarem dessa pesquisa. Sem vocês não seria possível levantar todos os preciosos dados necessários para a elaboração do trabalho.

Agradeço aos meus queridos amigos que a UNIRIO me proporcionou. Em especial à minha maravilhosa amiga Eliane Maceió e ao meu amigo Renato Pessanha que me ajudaram e, acima de tudo, compartilharam momentos importantíssimos da minha trajetória acadêmica. Não posso deixar de agradecer aos meus tantos outros amigos, em especial, Jaqueline Lima, Natalia Lima, Flávio Pereira, Fabrício Magno, Débora Niedzeilski e Rafaela Alves, por me acompanharem durante esses anos de graduação.

Agradeço ao corpo docente da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO por todo esforço empregado para manter o nosso curso como referência nacional. Agradeço a todos os funcionários responsáveis por manter a Escola de Biblioteconomia funcionando. Registro aqui a minha gratidão aos discentes que se empenham na promoção de eventos acadêmicos capazes de levar o nome da nossa Escola a patamares nacionais.

E por fim, aos Bibliotecários com quem eu trabalhei durante os estágios supervisionados. Em especial à Marta Magno Calheiros, por meio da qual consegui meu primeiro estágio na área de Biblioteconomia.

Se não tivermos bibliotecas, não temos nenhum passado e não teremos um futuro”

-Ray Bradbury

RESUMO

Objetiva verificar as práticas atuais exercidas pelos Bibliotecários das bibliotecas universitárias federais brasileiras no tocante aos processos de aquisição, previsão orçamentária e alocação de recursos referentes a materiais bibliográficos. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo que utilizou a aplicação de questionário para coletar os dados da referida amostra. A revisão de literatura foi formada utilizando-se publicações bibliográficas brasileiras e estrangeiras e artigos científicos. A partir das discussões dos autores sobre os critérios norteadores para a realização de previsão orçamentária e alocação de recursos, montou-se um questionário (com perguntas fechadas e abertas) a fim de verificar de que forma os fatores apontados pela literatura especializada são considerados pela amostra em suas atividades cotidianas. O resultado mostrou que apesar da literatura apontar variados fatores, os Bibliotecários, de forma geral, concentram sua atenção em critérios que atendam, principalmente, à demanda da biblioteca, o que sugere um empecilho à realização da previsão de orçamentária e da alocação de recursos de um modo mais abrangente. As considerações finais abarcam reflexões sobre as consequências do resultado obtido e oferece sugestões que podem ser implementadas com o intuito de racionalizar os processos de previsão orçamentária e alocação de recursos.

Palavras-chave: Alocação de Recursos. Aquisição de materiais bibliográficos. Previsão orçamentária.

ABSTRACT

Objective is to verify the current practice exercised by librarians of federal Brazilian universities regarding the acquisition processes, budget forecast and allocation of resources referring to bibliographic materials. It is a qualitative and quantitative research that utilized the application of a questionnaire to collect the data of said sample. The literature review was formed of Brazilian and foreign bibliographic publications and scientific articles. Based on the authors' discussion on the guiding criteria for budget forecast and resource allocation, a questionnaire was assembled (with closed and open questions) in order to verify how the factors identified by the specialized literature are considered by the sample in their daily activities. The result showed that although the literature points to various factors, librarians focus their attention on criteria which attend, mainly, to the demand of the library, suggesting a hindrance to the realization of budget forecasting and resource allocation in a more comprehensive way. The final considerations include reflections on the consequences of the result obtained and offers suggestions that can be implemented so as to rationalize the processes of budget forecast and resource allocation.

Key words: Acquisition of bibliographic. Budget forecast. Resource allocation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Relatório de registro histórico de despesas de uma biblioteca universitária federal real – p. 9

GRÁFICO 1 - Fontes de recursos financeiros – p. 16

GRÁFICO 2 - Responsável institucional pela previsão orçamentária – p. 18

GRÁFICO 3 - Responsável na unidade pela operacionalização das atividades de previsão orçamentária – p. 18

GRÁFICO 4 - Fatores considerados na elaboração da previsão orçamentária – p. 20

GRÁFICO 5 - Grau de relevância da avaliação do MEC no processo de aquisição de materiais bibliográficos – p. 21

GRÁFICO 6 - Utilização de instrumentos auxiliares para aquisição – p. 22

GRÁFICO 7 - Instrumentos auxiliares para aquisição de materiais bibliográficos – p. 23

GRÁFICO 8 - Média de investimento por tipo de materiais – p. 24

GRÁFICO 9- Alocação de recursos por área do conhecimento (tabela CNPQ) – p. 25

GRÁFICO 10- Missão das bibliotecas universitárias federais brasileiras – p. 26

GRÁFICO 11- Publicidade da verba alocada de acordo com a área de conhecimento – p. 27

GRÁFICO 12 - Periodicidade da publicação da prestação de contas da verba alocada na aquisição de materiais bibliográficos – p. 28

GRÁFICO 13- Canais para a divulgação dos gastos aplicados na aquisição de materiais bibliográficos – p. 28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	4
	2.1 Aquisição em bibliotecas universitárias	4
	2.2 Previsão orçamentária e alocação de recursos	8
3	PESQUISA DE CAMPO.....	15
	3.1 Universo e amostra.....	15
	3.2 Discussão e tabulação de dados	16
	3.2.1 <i>Origem das Verbas</i>	16
	3.2.2 <i>Aquisição, previsão orçamentária e alocação de recursos</i>	18
	3.2.3 <i>Publicidade</i>	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICE A – Relação das Bibliotecas Universitárias Brasileiras elencadas no portal MEC.....	35
	APÊNDICE B – Questionário enviado para a amostragem	39
	APÊNDICE C - <i>Links</i> de acesso aos relatórios de aquisição de materiais bibliográficos disponibilizados por parte da amostra.....	47

1 INTRODUÇÃO

É notório que as universidades federais brasileiras, de modo geral, apresentam um histórico de constantes limitações financeiras. Notícias sobre cortes de verbas e diminuição de repasse de dinheiro público para a manutenção dessas instituições de ensino superior e até mesmo ameaças sobre o aniquilamento das universidades públicas são recorrentes nas mídias há anos. Dessa forma, estando a biblioteca universitária federal circunscrita nesse universo, torna-se urgente a discussão sobre a racionalização do uso dos recursos financeiros destinados à manutenção das mesmas, tornando-as aptas a cumprirem a sua missão institucional, além de ser um pressuposto para as boas práticas de gestão.

Dentro de uma biblioteca, o processo de aquisição de materiais bibliográficos demanda do Bibliotecário esforço de planejamento no tocante à previsão orçamentária e alocação de recursos justamente para assegurar o uso das verbas de forma eficiente e eficaz.

Nesse contexto, a previsão orçamentária é o meio pelo qual o responsável pela aquisição planeja os investimentos financeiros necessários para alcançar as metas e prioridades definidas para desenvolver coleções.

Uma vez definida a previsão orçamentária é imprescindível a realização da alocação de recursos, processo que definirá como a verba será aplicada para garantir a manutenção e renovação do acervo. Alocar recursos demanda do responsável pela aquisição o conhecimento das necessidades de sua comunidade representada em cada parte do acervo para que uma área não seja beneficiada demasiadamente em detrimento de outra.

O domínio desses processos é de fundamental importância para o desenvolvimento de coleções, uma vez que o estabelecimento de critérios para aquisição oferece ao responsável pelo procedimento de compra parâmetros que o ajudam de forma racional a direcionar suas atividades, minimizando o risco de compras de materiais pouco importantes em detrimento daqueles verdadeiramente úteis à comunidade.

Tendo em vista esse panorama, o presente trabalho procurou identificar os critérios e procedimentos utilizados pelos responsáveis pela aquisição de materiais bibliográficos das bibliotecas universitárias federais brasileiras de forma a conhecer as práticas atuais referentes à previsão orçamentária e alocação de recursos. O trabalho é um estudo exploratório e para observar essas práticas foi elaborado um questionário de caráter quantitativo e descritivo com base na literatura sobre o tema o qual foi aplicado às bibliotecas das universidades federais

brasileiras elencadas no site do Ministério da Educação (MEC), originando um total de sessenta e três questionários enviados.

O objetivo principal desse trabalho é, portanto, descrever as práticas que envolvem a previsão orçamentária e alocação de recursos pelas bibliotecas das universidades federais brasileiras durante o processo de aquisição de materiais bibliográficos para subsidiar diretrizes incutidas nesse procedimento.

São objetivos específicos:

- A) Mapear critérios e fatores utilizados pelos responsáveis pela aquisição de materiais bibliográficos durante o processo de previsão orçamentária e alocação de recursos nas bibliotecas universitárias brasileiras;
- B) Identificar as recomendações da literatura especializada sobre o tema previsão orçamentária de recursos no universo de aquisição de materiais bibliográficos;

A justificativa para a realização dessa pesquisa foi motivada pela constatação da autora da falta de estudos nacionais recentes que abranjam de forma aprofundada e sistematizada os procedimentos, critérios e fatores levados em consideração pelos responsáveis pela aquisição de materiais bibliográficos das bibliotecas universitárias federais brasileiras¹.

Entender e discutir a aplicabilidade desses critérios nos permite esmiuçá-los a partir de sua utilização no investimento para aquisição de materiais bibliográficos, traçando assim um horizonte de propostas que conduza a sua dinamização no tocante a aquisição desses materiais bibliográficos. Nesse sentido, levando-se em consideração a importância do tema para a gestão de recursos financeiros de forma eficiente e eficaz, o presente trabalho torna-se relevante, pois o resultado da pesquisa demonstrará as práticas atuais e poderá orientar rotinas futuras.

A elaboração do trabalho seguida da análise de dados suscitou questões a respeito não só de como as bibliotecas das universidades públicas aplicam seus recursos, como também

¹ O interesse pelo tema surgiu em decorrência de um projeto de ensino elaborado pela Professora Dra. Simone da Rocha Weitzel cujo objetivo era a investigação dessas práticas pelas universidades federais do Estado do Rio de Janeiro para assim, atualizar os conteúdos da disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções. A autora foi integrante do programa de monitoria da disciplina do curso de bacharelado em Biblioteconomia durante os dois semestres de 2018.

das consequências da ausência dessa racionalização e das práticas institucionais voltadas para alocação de recursos. Em relação direta com essas questões está também presente problema inerente à ausência de fontes de pesquisa que abordem esse tema em língua portuguesa. Dessa forma, o resultado dessa pesquisa servirá como uma fonte de dados para estudos futuros.

Diante disso, este trabalho traz entre suas premissas a seguinte indagação: Qual o panorama atual das práticas das bibliotecas universitárias federais brasileiras no contexto de aquisição de materiais bibliográficos no que se refere às questões de previsão orçamentária e alocação de recursos?

A pesquisa está organizada em três seções. A seção dois, intitulada “Revisão de literatura” está subdividida em duas seções: a primeira trata do tema aquisição de materiais bibliográficos no contexto das bibliotecas universitárias; a segunda seção trata dos temas “previsão orçamentária e alocação de recursos” no contexto da Biblioteconomia.

A seção três, intitulada “Pesquisa de campo”, também está subdividida em duas seções: a primeira com a exposição de como foi a elaboração do questionário (Apêndice B); a segunda seção com o cotejamento dos resultados obtidos e sua associação com a literatura utilizada em relação ao tema da pesquisa.

A seção quatro apresenta as considerações finais seguidas de recomendações acerca da previsão orçamentária e alocação de recursos para bibliotecas das universidades federais brasileiras.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A carência de produção acadêmica sobre o tema previsão orçamentária e alocação de recursos em língua portuguesa no contexto da Biblioteconomia é notória. Ao realizar o levantamento bibliográfico sobre o assunto, verificou-se que o conteúdo é abordado por diversos autores brasileiros que se debruçam sobre o tema, mas de maneira geral, geralmente sob a perspectiva dos estudos que envolvem o Desenvolvimento de Coleções (DC).

A previsão orçamentária e a alocação de recursos são atividades que estão comumente localizadas dentro do processo de aquisição. Sendo assim, foi necessário analisá-lo e a partir daí criar uma seção que discutisse as premissas relacionadas a essa etapa (subseção 2.1).

Para a elaboração teórica deste trabalho, foi utilizado material bibliográfico brasileiro e estrangeiro sobre o tema, assim como artigos científicos da produzidos nessa área.

No decorrer do levantamento bibliográfico verificou-se que o processo de aquisição, previsão orçamentária e alocação de recursos apresentam métodos e indicadores que norteiam as suas funcionalidades. Apesar de esses fatores não estarem explicitamente categorizados na literatura houve um esforço em aplicar esses critérios na elaboração do questionário.

2.1 Aquisição em bibliotecas universitárias

A aquisição² deve ser um processo de protocolos bem estabelecidos, porém flexíveis, tendo em vista que no horizonte do processo de seleção sempre pesam fatores de ordem teórica, tais como materiais pré-aprovados e demandas de usuários. Esses elementos irão nortear o setor de aquisição em relação aos canais que serão usados para adquirir os materiais bibliográficos, quais fornecedores serão contatados, quais dessas solicitações incidem sobre a renovação de assinaturas no caso dos periódicos, por exemplo (FIGUEIREDO, 1993).

Nas considerações empregadas no presente trabalho é perceptível que há uma convergência entre os autores que a aquisição é uma atividade que coloca em prática o que foi estabelecido pelo processo de seleção de materiais bibliográficos.

Figueiredo (1993) ressalta que os processos de seleção e aquisição consistem num trabalho de ordem intelectual e operacional:

² Esse processo engloba compra, doação e permuta (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996). Para fins dessa pesquisa, somente a compra será analisada.

É importante que as coleções resultem diretamente de uma política planejada, e somente indiretamente das flutuações do poder de aquisição. Uma política ampla antecipa mudanças além do controle da biblioteca, e fornece um conjunto racional de planos para adaptação àquelas situações (FIGUEIREDO, 1993, p. 29).

Ao encontro de Figueiredo (1993), Maciel e Mendonça (2006) pontuam que a elaboração de políticas para Formação e Desenvolvimento de Coleções exige tomada de decisões que nortearão os processos de aquisição e seleção. Compartilham dessa mesma concepção Andrade e Vergueiro (1996) ao afirmarem que o processo de aquisição será realizado de forma eficiente se as decisões elencadas na política de desenvolvimento de coleções forem respeitadas.

Sendo assim, a aquisição de materiais em bibliotecas precisa estar alinhada às políticas estabelecidas, não sendo pautada somente por demandas isoladas (exemplo: corpo docente, discente etc.) fazendo-se respeitar assim, os critérios norteadores do gerenciamento do acervo.

Importante ressaltar que o alinhamento entre os processos de aquisição e políticas de formação de coleções é resultado do prévio conhecimento da comunidade a ser servida. Para isso é necessário a realização de estudo de comunidade capaz de traduzir as demandas dos usuários reais e potenciais da biblioteca.

Por serem processos complexos, tanto a seleção quanto a aquisição contam com instrumentos auxiliares capazes de racionalizar as atividades inerentes a esses procedimentos.

Segundo Weitzel (2013)³, o estabelecimento de instrumentos auxiliares para a aquisição de materiais deve configurar na política de aquisição da biblioteca. Sobre esse assunto, a autora elenca as seguintes informações que devem constar nesse documento:

Política de aquisição deve reunir os seguintes elementos: responsabilidade pela atividade; definição das prioridades da aquisição; determinação de fontes de financiamento e captação de recursos; estabelecimento de diretrizes para alocação dos recursos; detalhamento dos procedimentos e rotinas para compra, doação e permuta; **definição dos instrumentos auxiliares aplicáveis para aquisição**; [...] (WEITZEL. 2013, p. 51-53, grifo nosso)

³ Na segunda edição do livro “Elaboração de uma política de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Universitárias”, Weitzel (2013) adiciona as seguintes etapas no processo de formação de desenvolvimento elaborado por Evans (2000): política de aquisição, política de desbastamento e política de avaliação. Dessa forma, o processo proposto por Evans (2000) com seis fases interdependentes é ampliado por Weitzel (2013), tornando-o com nove passos.

A preocupação com a escolha de instrumentos auxiliares também é pontuada por Andrade e Vergueiro (1996). Os autores recomendam a elaboração de um documento (cuja nomenclatura pode variar de manual de aquisição, diretrizes para aquisição, entre outras) que sirva como um elemento norteador para tal atividade, evitando assim que haja desperdício de esforço pela equipe.

Dentre as informações que deve conter tal manual, encontra-se a seguinte: “Quais os instrumentos auxiliares utilizados para a obtenção de informações sobre os itens a serem adquiridos, tais como autoria, procedência, preço, etc.” (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 15).

Com o intuito de exemplificar os instrumentos auxiliares para aquisição existentes para consulta, Andrade e Vergueiro (1996) e Weitzel (2013) mencionam a fonte Acqweb. Já Evans e Saponaro (2012) além de citarem a Acqweb sugerem a opção bibliográfica comercial Books in print. Além disso, esses autores mencionam outras alternativas, como a YBP Library Services e o site GOBI (Global Online Bibliographical Information).

Tão importante quanto racionalizar as atividades de seleção e aquisição é conhecer a missão institucional a qual a biblioteca está subordinada, pois é ela quem norteará as atividades mencionadas. Nesse sentido, os Bibliotecários em atividade em universidades federais brasileiras deverão conduzir as suas tomadas de decisões gerenciais considerando diretrizes impostas para esse tipo de instituição, sendo, por exemplo, o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão⁴ assegurado pela Constituição Federal de 1988:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988).

Desse modo, é pertinente a preocupação por parte dos Bibliotecários em atenderem também a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996) e as diretrizes estabelecidas pelo Decreto N° 5.773 de 9 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), cujo conteúdo “Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e

⁴ Tripé no qual se assentam as premissas do binômio ensino-aprendizagem das universidades brasileiras. Desenvolvido a partir de formas interdisciplinar e multidisciplinar, por meio do qual a pesquisa (investigação de uma problemática), se articula com a extensão (inserção da Universidade na qual a comunidade está inserida). (SOARES; FARIAS; FARIAS, 2010).

avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. ”

O Art. 3º do Decreto N° 5.773 de 9 de maio de 2006 estabelece que:

As competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação serão exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, na forma deste Decreto. (BRASIL, 2006).

Já o Art. 16º elenca os elementos necessários para o Plano de Desenvolvimento Institucional. No que tange à biblioteca universitária federal, o decreto aponta a seguinte recomendação:

VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando: a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos (BRASIL, 2006).

Como determinado no Art. 3º, o MEC e o INEP são dois dos responsáveis pela avaliação das universidades federais brasileiras. Sendo o INEP o elaborador dos instrumentos autorizativos de cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para a modalidade presencial e a distância), torna-se relevante mencionar a existência de tais instrumentos nessa pesquisa, já que essa avaliação também inclui as bibliotecas dessas instituições. Vale ressaltar que para cada uma das finalidades mencionadas anteriormente, é destinado um instrumento diferente.

A adequação da biblioteca universitária federal às expectativas exigidas pelo MEC impulsiona a produção acadêmica sobre essa temática. Isso pode ser visto no artigo intitulado “Gestão da biblioteca universitária: análise com base nos indicadores de avaliação do MEC”, escrito em 2015 por Luiz Cláudio Gomes Maia, Doutor em Ciência da Informação e professor do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento da Universidade FUMEC e pela Maria de Souza Lima Santos Mestre em Administração Profissional pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD) Bibliotecária da Universidade Federal de Goiás.

Os autores esclarecem no resumo que o objetivo do trabalho é “[...] compreender como os gestores do Sistema de Bibliotecas da UFG (Sibi/UFG) utilizam os indicadores de avaliação do MEC durante o processo de aquisição de recursos informacionais”. (MAIA; SANTOS, 2015, p. 100). Ao decorrer do texto é pontuado:

Os bibliotecários, por sua vez, devem estar cientes das exigências do MEC para a composição e atualização dos acervos no que se refere à qualidade e à quantidade mínima de títulos e exemplares. No que diz respeito à quantidade, deve ser determinado um percentual de exemplares destinados à literatura básica e outro para a literatura complementar. A regra diz respeito também à assinatura dos periódicos científicos. Os três itens que impactam na avaliação da biblioteca junto ao curso estão na dimensão três (infra-estrutura) do instrumento utilizado pelos avaliadores do MEC. São os itens 3.6 Bibliografia Básica, 3.7 Bibliografia Complementar e 3.8 Periódicos especializados. (MAIA; SANTOS, 2015, p. 102).

2.2 Previsão orçamentária e alocação de recursos

Sobre previsão orçamentária no contexto de aquisição de materiais de informação, Andrade e Vergueiro (1996, p. 21) a definem como um processo de “[...] planejar os investimentos que deverão ser feitos para garantir a concretização dos objetivos estipulados para o acervo”. Nesse caso, o planejamento prévio garantiria um orçamento bem fundamentado, aumentando as chances de o Bibliotecário conseguir o investimento necessário.

Os autores chamam atenção que a previsão orçamentária deve ser pautada no resultado da avaliação constante da biblioteca. Em seguida fornecem alguns fatores importantes para a realização da previsão orçamentária. Sobre isso eles comentam:

[...] Os registros históricos das despesas de anos anteriores, do que comprou e do que deixou de comprar, oferecem excelente início para os estudos de previsão, na medida em que fornecem parâmetros a serem seguidos em despesas futuras. (ANDRADE; VERGUEIRO, 1993, p. 22).

O relatório abaixo (Figura 1) exemplifica o que Andrade e Vergueiro (1993) denominam de registro históricos das despesas. O documento demonstra o valor gasto na aquisição de materiais bibliográficos (discriminado por classe) durante o ano de 2017 em uma biblioteca universitária federal real:

Figura 1 - Relatório de registro histórico de despesas de uma biblioteca universitária federal real

I - Biblioteca Universitária				
I - Real				
I - Livros				
I - Compra				
001 - CONHECIMENTO				
001 - CONHECIMENTO	1	1	0	R\$ 0,00
001.42 - METODOS DE PESQUISA	2	4	0	R\$ 85,06
Total / CONHECIMENTO	3	5	0	R\$ 85,06
004- PROCESSAMENTO DE DADOS - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO				
005.133 - LINGUAGENS ESPECIFICAS DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES	1	59	0	R\$ 2.463,18
006.31 - APRENDIZADO DO COMPUTADOR	1	1	0	R\$ 0,00
006.696 - ANIMAÇÃO POR COMPUTADOR	1	17	0	R\$ 1.435,76
Total/PROCESSAMENTO DE DADOS - CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	3	77	0	R\$ 3.984,00
020 - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA				
025.49 - VOCABULARIO DE ASSUNTO CONTROLADO	2	9	0	R\$ 0,00
025.52 - BIBLIOTECAS - SERVIÇO DE REFERENCIA E INFORMAÇÃO	1	1	0	R\$ 37,80
028 - LEITURA E USO DE OUTROS MEIOS DE INFORMAÇÃO	1	10	0	R\$ 407,10
Total / CIENCIA DA INFORMACAO E BIBLIOTECA	4	20	0	R\$ 444,90

Fonte: adaptado pela autora

Além disso, outros indicadores devem ser analisados, como citam os autores:

Diferenças de preços entre livros, periódicos e materiais especiais;

Divergências existentes entre os preços de produtos nacionais e estrangeiros (inclusive as despesas com frete, tarifas de armazenamento, etc.);

Desigualdades de preços de materiais em áreas específicas (obras de área de humanidade, por exemplo, são mais baratas do que as de ciência e tecnologia [...]) (ANDRADE; VERGUEIRO, 1993, p. 23).

Outras variáveis também devem ser levadas em consideração, como “[...] o número de alunos, professores, cursos e pesquisas, médias de utilização do acervo por categoria de usuário [...]” (ANDRADE; VERGUEIRO, 1993, p. 23).

Para Maciel e Mendonça (2006), o tema previsão orçamentária é posto como um dos tópicos sobre requisitos indispensáveis para que a eficácia da função aquisição seja alcançada. Elas pontuam que para haver maior qualidade de serviço, a biblioteca deverá ter o “recebimento de recursos financeiros compatíveis com demanda da seção”. (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 22). Apesar de considerar os recursos financeiros importantes, as autoras não aprofundam aspectos ou métodos para mensurar o orçamento.

Para Dias e Pires (2003) a previsão orçamentária é citada apenas como um dos tópicos pertencentes ao setor de compra no processo de aquisição. Nesse contexto, as autoras pontuam que competem ao âmbito da compra as seguintes atividades: “elaborar orçamento

prévio, planejar investimentos para garantir a concretização dos objetivos estipulados; estabelecer o que, como e quando comprar; adequar o orçamento às prioridades”. (DIAS; PIRES, 2003, p. 52).

Assim como Andrade e Vergueiro (1993), as autoras supracitadas explicitam que “manter registro histórico das despesas de anos anteriores (o que se comprou e o que deixou de ser comprado)” (DIAS; PIRES, 2003, p. 52) é uma prática relevante para nortear novas aquisições.

A realização racional da previsão orçamentária é apontada pela literatura especializada como um processo que requer esforço por parte do responsável pela atividade. Levando-se em conta esse fator, Andrade e Vergueiro (1996, p. 21) ressaltam que “[...] a previsão de recursos financeiros não acontece por intervenção divina [...] se a necessidade dos recursos não foi prevista, eles dificilmente irão aparecer”. Segundo os autores, “A elaboração do orçamento não pode ser vista apenas como mais uma das atividades burocráticas que os profissionais têm que desempenhar. Agir assim seria desperdiçar uma grande oportunidade” (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 21).

Tão importante quanto executar a previsão orçamentária de forma consistente é saber realizar a alocação de recursos de forma racional. Sobre isso, Maciel e Mendonça (2006, p. 58) enfatizam que:

O papel do alocador de recursos em unidades de informação é da maior importância visto a precariedade existente dos mesmos. Alocar recursos se torna assim tarefa das mais difíceis e requer um eficaz planejamento dos mesmos, para saber quem recebe o quê em sua unidade.

Na literatura estrangeira, Evans e Saponaro (2012) abordam os processos de previsão orçamentária e alocação de recursos de forma minuciosa no capítulo sobre aquisição de materiais. Com o intuito de demonstrar a importância de tais atividades, os autores citam o resultado de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos cujo objetivo era verificar, na opinião dos bibliotecários de bibliotecas públicas, quais os setores os cortes orçamentários poderiam atingir negativamente.

A conclusão da pesquisa foi publicado em 2010 pela *Library Journal's* e mostrou que a preocupação mais latente seria com a redução do horário de serviço (74%). Em segundo lugar no *ranking*, com 14%, aparece a diminuição da quantidade de títulos adquiridos, ou seja, a aquisição de novos materiais. Em terceiro lugar, com 12%, a diminuição de serviços prestados.

O resultado da pesquisa demonstrou uma urgência em busca de soluções viáveis em tempos de cortes orçamentários. Para Evans e Saponaro (2012, p. 122, tradução nossa) “Fazer com menos tornou-se um objetivo de vida para a maioria das bibliotecas dos Estados Unidos e é provável que isso se mantenha por algum tempo”.

Os autores salientam que para haver o maior aproveitamento do dinheiro é imprescindível saber estimar os custos necessários para, pelo menos, manter o nível de compras no próximo ciclo orçamentário. Sendo indispensável assim, realizar projeções orçamentárias (previsão orçamentária) capazes de demonstrar os fundos necessários para a manutenção da aquisição.

Evans e Saponaro (2012) apontam que as bibliotecas apresentam maior dificuldade em estabelecer credibilidade junto às autoridades de financiamento devido à natureza diferente dos materiais comprados com fundos de arrecadação. Sobre esse tema os autores explicam que: “A noção de que cada item é único - quase monopolista por natureza - parece difícil de ser entendida. Na realidade, itens de coleção de biblioteca não se encaixam no modelo clássico de precificação econômica, onde há competição entre produtos similares”. (EVANS; SAPONARO, 2012, p. 122, tradução nossa).

Dessa forma, a variação de preços de materiais bibliográficos tende a ser maior do que de produtos que estejam sujeitos às competições de mercado, o que torna a gestão de recursos das bibliotecas um grande desafio. Com o objetivo de minimizar esses conflitos, Evans e Saponaro (2012) sugerem que as bibliotecas mantenham transparência financeira entre o setor de aquisição e as financiadoras de recursos (fontes de verba). Dessa forma, a negociação por novos recursos é facilitada.

A partir da década de 1970 nos Estados Unidos, foram criados pelos bibliotecários mecanismos para diminuir a oscilação de preços de materiais de bibliotecas, como por exemplo, a criação de índices que medem as taxas de mudança dos preços para a aquisição de materiais bibliográficos. Um subcomitê do *American National Standards Institute*, o Comitê Z39 (1974), foi capaz de desenvolver diretrizes, que foram posteriormente publicadas como Z39.20 (*National Information Standards Organization*, 1999). Outro esforço do grupo foi o do Comitê de Índice de Preços de Materiais da Biblioteca (Associação de Coleções de Bibliotecas e Serviços Técnicos da *American Library Association* - ALA).

O processo de aquisição de materiais em bibliotecas demanda atenção do responsável por executá-la. Evans e Saponaro (2012) enfatizam que bibliotecas que necessitam comprar

materiais estrangeiros devem estar atentas à taxa de câmbio, por exemplo. Com o intuito de demonstrar a importância desse fator no orçamento de uma biblioteca, os autores expõem que:

Bibliotecas que compram um número significativo de publicações estrangeiras também precisam estimar o impacto das taxas de câmbio. As taxas de câmbio voláteis afetam o poder de compra quase tanto quanto a inflação. Por exemplo, em janeiro de 1985, a taxa de câmbio da libra esterlina era de US \$ 1,263 (U.S.); em janeiro de 1988, foi de até US \$ 1,7813 (EUA); em 1992, era de US \$ 1,7653 (EUA); em janeiro de 1994 caiu para US \$ 1,4872 (US), em março de 1999 subiu para US \$ 1,6064 (US), e ficou em US \$ 1,60554 (US) até julho de 2011. (EVANS; SAPONARO, 2012, p. 123, tradução nossa).

Os autores ressaltam ainda a importância de haver o conhecimento por parte do comprador de materiais estrangeiros acerca do país fornecedor do material, pois independente do país de publicação do item, é a moeda do país fornecedor que determinará o preço gasto na aquisição do material. O controle do valor gasto com esses fornecedores geram dados que ajudam o bibliotecário de aquisição a estimar os valores que serão gastos na compra de itens estrangeiros nos anos posteriores. Levar em consideração esse fator facilita a realização de uma previsão orçamentária mais efetiva.

Já no que se refere às fontes de verbas pra bibliotecas Andrade e Vergueiro (1996, p. 22) ressaltam que “A identificação de fontes de financiamento adequadas às características do acervo deve ser critério principal na busca de recursos externos”, ou seja, o prévio conhecimento do Bibliotecário sobre as possíveis fontes de recursos fornece a ele alternativas. Weitzel (2013) resalta a especificidade das origens das verbas no caso das universidades públicas:

[...] as bibliotecas universitárias contam com os recursos provenientes da Universidade, sejam elas públicas ou privadas. No caso das universidades públicas, o recurso é repassado pelo Ministério da Educação. No entanto há possibilidade de se obter outros recursos em agências de financiamento de projetos que envolvam aquisição de acervo [...] (WEITZEL, 2013, p. 52)

Dias e Pires (2003) enfatizam que no Brasil foram instituídas as chamadas Leis de Incentivo à Cultura, por meio das quais é possível angariar recursos mediante a aprovação de projetos elaborados que atendam os propósitos descritos nas leis. Dentre esse rol de leis que visam o incentivo à cultura, destaca-se a Lei Rouanet (Lei 8313, de 23/12/1991), que objetiva, segundo Dias e Pires (2003, p. 39) “[...] incentivar o crescimento cultural no País [...]”.

Sobre alocação de recursos, Evans e Saponaro (2012) afirmam que é um processo complexo que envolve a divisão de orçamento, conforme o quadro com o caso real, para as áreas contempladas pela biblioteca. Esse procedimento pode gerar discordância acalorada

sobre a quantidade de recursos que cada área deva receber, porém, de um modo geral, a alocação de recursos deve refletir as prioridades declaradas na política de desenvolvimento de coleções da biblioteca. Sobre isso os autores afirmam que:

Se a biblioteca empregar um sistema *ranking* de intensidade de coleta na política de desenvolvimento de coleções, é razoável esperar encontrar esses níveis refletidos na quantidade de dinheiro alocada ao assunto ou formato. Quase todos os métodos de alocação são complexos e, ao combinar os recursos necessários, requer que a biblioteca considere vários fatores. (EVANS; SAPONARO, 2012, p. 124, tradução nossa).

Ao encontro de Evans e Saponaro (2012), Andrade e Vergueiro (1996) afirmam que alocar recursos não é uma tarefa fácil como se costumava acreditar no passado. Dentre os aspectos que tornam a atividade complexa, são ressaltadas pelos autores as peculiaridades que envolvem os mercados editoriais assim como os que tangenciam o comércio de livros e documentos impressos e de materiais audiovisuais.

Apesar de o processo de alocação de recursos possuir cunho administrativo, ele também possui uma faceta política, uma vez que os responsáveis pelos diversos setores da biblioteca tentam muitas vezes convencer que necessitam de uma maior quantidade de recursos. A biblioteca universitária, além de adquirir materiais comuns a maioria das bibliotecas, como por exemplo, itens de referência e substituições, deve se preocupar em contemplar o corpo docente da instituição⁵.

Ainda sobre o processo de alocação de recursos, Evans e Saponaro (2012) afirmam que a alocação de recursos precisa ter como meta o alcance de quatro diretrizes básicas: implementação de fundos que correspondam às reais necessidades de financiamento das bibliotecas, o adequado direcionamento desses fundos para alocação de recursos (hierarquizando as áreas de acordo com o montante que recebem), dados estatísticos que tornem possível avaliar o resultado da alocação de recursos, e por fim um programa de transparência que possa ser acessível à comunidade de modo que esta saiba como os recursos estão sendo empregados⁶.

⁵ No Brasil, as bibliotecas universitárias devem contemplar em seu acervo materiais que atendam à tríade: ensino, pesquisa e extensão.

⁶ Disponibilizar para a comunidade dados que envolvam o processo de alocação de recursos é uma forma de prestar contas à sociedade como o recurso financeiro destinado à aquisição de materiais bibliográficos está sendo empregado. No Brasil, esses dados são encontrados em sua forma bruta nos *sites* das universidades públicas.

Ainda de acordo com os autores, pode-se medir a eficiência do processo de alocação de recursos para a formação de coleções pela forma como são disponibilizados os dados referentes ao gerenciamento dos fundos disponibilizados. Isso só é possível quando os setores responsáveis pelas auditorias e prestação de contas estão bem alinhados entre si. Estando a aquisição e gerenciamento desses materiais condicionados principalmente por questões financeiras, os registros acerca dessas atividades devem estar constantemente atualizados e disponíveis em formas de percentuais, de cifras e em relações mais detalhadas possíveis.

Esse controle interno por parte de quem está gerindo os recursos e selecionado os materiais para coleções evitam um claro desperdício de recursos, seja com gastos demasiados ou com economias que no contexto geral não representam nada de efetivo, sendo assim um sub gasto.

Ainda no âmbito dos meios para alocação orçamentária e sua racionalização, isso também acaba por se refletir nas próprias diretrizes que regem os diferentes perfis e funcionalidades das bibliotecas. Ou seja, a racionalização é uma questão não só sistemática como também de método, a partir do momento que se levam em conta os segmentos que estão presentes nas demandas de bibliotecas e a forma como devem ser geridas de acordo com sua especificidade.

Em sua publicação, Evans e Saponaro (2005) salientam que existem seis métodos de alocação amplos: histórico, baseado em zero (sem a consideração de práticas anteriores), fórmulas, classificação (uma variação de fórmulas), porcentagens e outras técnicas de modelagem. O livro também descreve algumas das variações nas fórmulas por tipo de biblioteca. Por exemplo, as bibliotecas acadêmicas podem considerar a matrícula por cursos maiores ou concedidos em um campo. Já as bibliotecas públicas podem levar em consideração as diferenças nas comunidades de serviço atendidas, a proporção de cópias por títulos de *best-sellers* em títulos genéricos ou a demanda (em termos de solicitações de uso) em campos de assunto populares.

Em contrapartida, as bibliotecas especiais empregam fatores como expectativas de tempo de entrega dos clientes, cobranças de serviços e o número de clientes ou departamentos atendidos. Muitos centros de mídia da escola usam fatores como mudanças no currículo, número e habilidade dos alunos por nível de ensino e perda e envelhecimento de áreas de estudo vivas na coleção.

No bojo das questões assinaladas por Evans e Saponaro (2005), apreende-se que a implementação do método para alocação de recursos tem uma implicação direta sobre o segmento que é atendido pela biblioteca em questão (universitária, pública, especiais, etc). Já

a sua alteração pode atrapalhar o bom funcionamento dessa biblioteca, pois implica diretamente nas variações de assunto. Sobre isso, Evans e Saponaro (2005) salientam que variações de assunto também complicam o quadro: os materiais científicos são muito caros; os materiais das ciências sociais são substancialmente menos dispendiosos, mas são mais numerosos.

3 PESQUISA DE CAMPO

Essa seção visa efetuar a conjugação da teoria exposta na revisão de literatura sobre os temas aquisição de materiais bibliográficos, previsão orçamentária e alocação de recursos no contexto das bibliotecas universitárias federais brasileiras.

A subdivisão 3.1 refere-se ao universo e amostra da pesquisa que possui cunho qualitativo e quantitativo, esclarecendo quais foram as premissas norteadoras na elaboração do questionário enviado.

Já a subdivisão 3.2 destina-se à discussão e tabulação de dados do resultado da pesquisa. Para isso, serão retomados temas e discussões já expostos na revisão de literatura (seção 2), mas com o diferencial de que estarão especificamente voltados para o entendimento e análise dos resultados apresentados a partir das respostas fornecidas pelas bibliotecas das respectivas universidades federais.

3.1 Universo e amostra

A presente pesquisa foi realizada a partir de um questionário enviado via e-mail às 63 universidades federais brasileiras elencadas no portal do MEC. O questionário foi direcionado ao SIBI de cada instituição. No caso de inexistência do SIBI, o e-mail era direcionado à Biblioteca Central. As perguntas foram categorizadas em três blocos: origem das verbas; aquisição, previsão orçamentária e alocação de recursos e, por último, publicidade.

As questões foram elaboradas a partir dos principais conteúdos apontados pela literatura especializada. O resultado das respostas reflete as atuais práticas realizadas pelas bibliotecas universitárias federais brasileiras no que tange à aquisição de materiais bibliográficos assim como aos processos de previsão orçamentária e alocação de recursos.

Do universo de sessenta e três universidades, até o fechamento deste trabalho, vinte e cinco universidades responderam, o que configura uma amostragem de 39,68%. Mesmo

dentre as perguntas de múltipla escolha foi dada ao respondente a possibilidade de expressar textualmente suas experiências, fornecendo assim, um caráter qualitativo à pesquisa.

Não foi possível caracterizar a amostra por regiões do país, visto que parte dos respondentes mantiveram o anonimato.

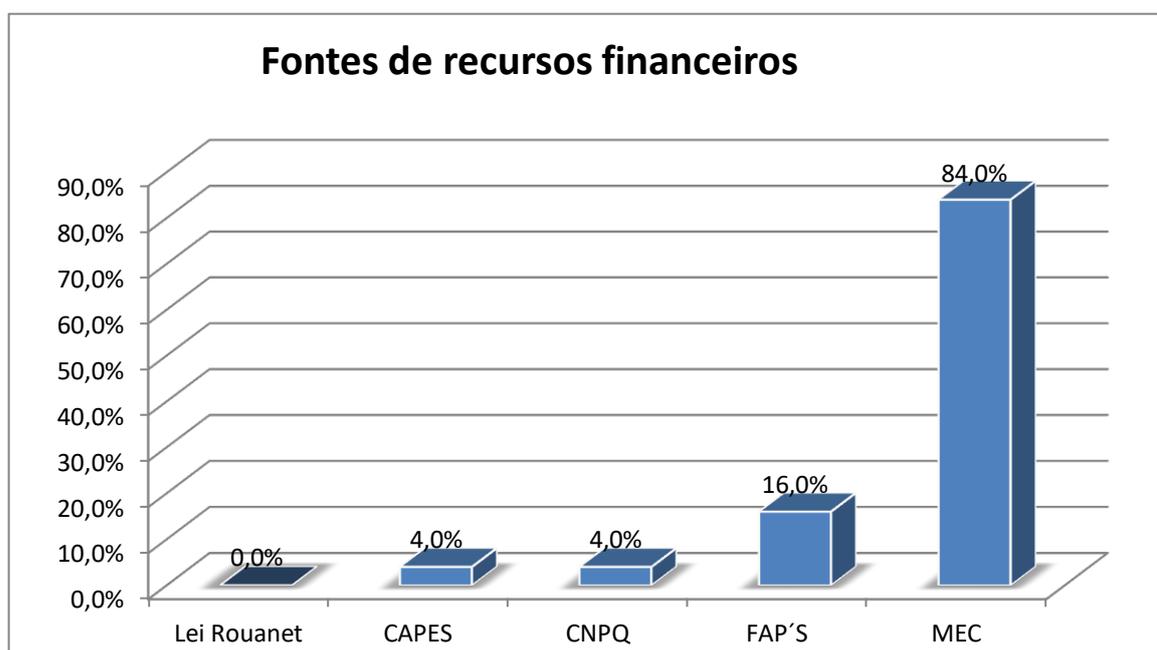
3.2 Discussão e tabulação de dados

Essa seção expõe os resultados obtidos da amostra. A repartição em três subseções segue a divisão do questionário aplicado. Para fins de discussão, foi utilizada a teoria exposta na revisão de literatura.

3.2.1 Origem das Verbas

Este bloco destina-se a apresentar as principais fontes de recursos financeiros apontados pelo resultado da pesquisa.

Gráfico 1 – Fontes de recursos financeiros



Fonte: a autora (2018)

O conhecimento das fontes de recursos financeiros é de grande importância para a realização da aquisição de materiais bibliográficos, pois garante o planejamento a médio e longo prazo dos recursos necessários para a manutenção e utilização do acervo.

Conforme visto, Andrade e Vergueiro (1996) ressaltam que conhecer as reais e potenciais fontes de financiamento é de suma importância para que o bibliotecário logre êxito

em obter os recursos necessário para a realização da aquisição. Isso inclui até mesmo outras fontes que não sejam tão somente o MEC, que segundo Weitzel (2013), é o principal responsável pelo repasse de verba para as universidades públicas. A identificação dessas fontes oferece oportunidades que facilitam a previsão orçamentária.

O cotejamento das respostas do questionário indicou, conforme explicita a o gráfico 1, que a maior parte dos recursos são provenientes do MEC (84%), seguido das Fundação de Amparo a Pesquisa (FAP's - 16%) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ - 4% cada). Nenhuma das universidades entrevistadas faz uso da Lei Rouanet. A agência CAPES é uma fundação vinculada ao MEC que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados do país; o CNPQ é um órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para incentivo à pesquisa no Brasil; já as FAP's são formadas pelos órgãos responsáveis pelo fomento à ciência, à tecnologia e à inovação, comumente ligados às pastas das Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia dos estados aos quais estão vinculados. No caso do Rio de Janeiro, há a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), fundada em 1980. Decidiu-se mencionar a Lei Rouanet (Lei N° 8.313, de 23/12/1991) dentre as alternativas propostas por ser considerada por Dias e Pires (2003), conforme assinalado na revisão de literatura, uma fonte possível de recursos.

Por meio da resposta livre enviada por um bibliotecário verificou-se a tentativa do mesmo em utilizar a Lei Rouanet como uma possível fonte de financiamento. Porém, foi salientada pelo profissional a impossibilidade de obter recursos a partir dos mecanismos de renúncia fiscal relacionados às leis de incentivo à cultura. Isso devido às peculiaridades dos regimes de isenção fiscal vigentes na região em que a biblioteca em questão está circunscrita (Zona Franca de Manaus).

Outras respostas apontam fontes de recursos alternativas, como por exemplo, a renda arrecadada pela biblioteca por meio de multa aplicada aos usuários inadimplentes e também emendas parlamentares, sobretudo da FAPERJ.

3.2.2 Aquisição, previsão orçamentária e alocação de recursos

Esse bloco destina-se a investigar quais os fatores considerados pelo responsável pela aquisição de materiais bibliográficos na previsão orçamentária, bem como se dá a repartição da verba da Biblioteca e sua distribuição de acordo com o tipo de material e as áreas de conhecimento

Gráfico 2 - Responsável institucional pela previsão orçamentária



Fonte: a autora (2018)

Gráfico 3 - Responsável na unidade pela operacionalização das atividades de previsão orçamentária



Fonte: a autora (2018)

Como já foi discutido na revisão de literatura, para que a previsão orçamentária seja realizada de forma consistente e planejada é necessário um profissional capacitado para articular todas as etapas que envolvem esse processo. Em termos de responsabilidade institucional, observa-se por meio do gráfico 2 que 20% da amostra entrevistada apontam o SIBI como a esfera responsável pela previsão orçamentária. Logo após vem a Biblioteca Central, com 16%, seguida de outros setores dentro da Universidade, que vão desde a Coordenadoria de bibliotecas até a Superintendência de Documentação, todos com média de 4% de participação conforme indica o gráfico 2.

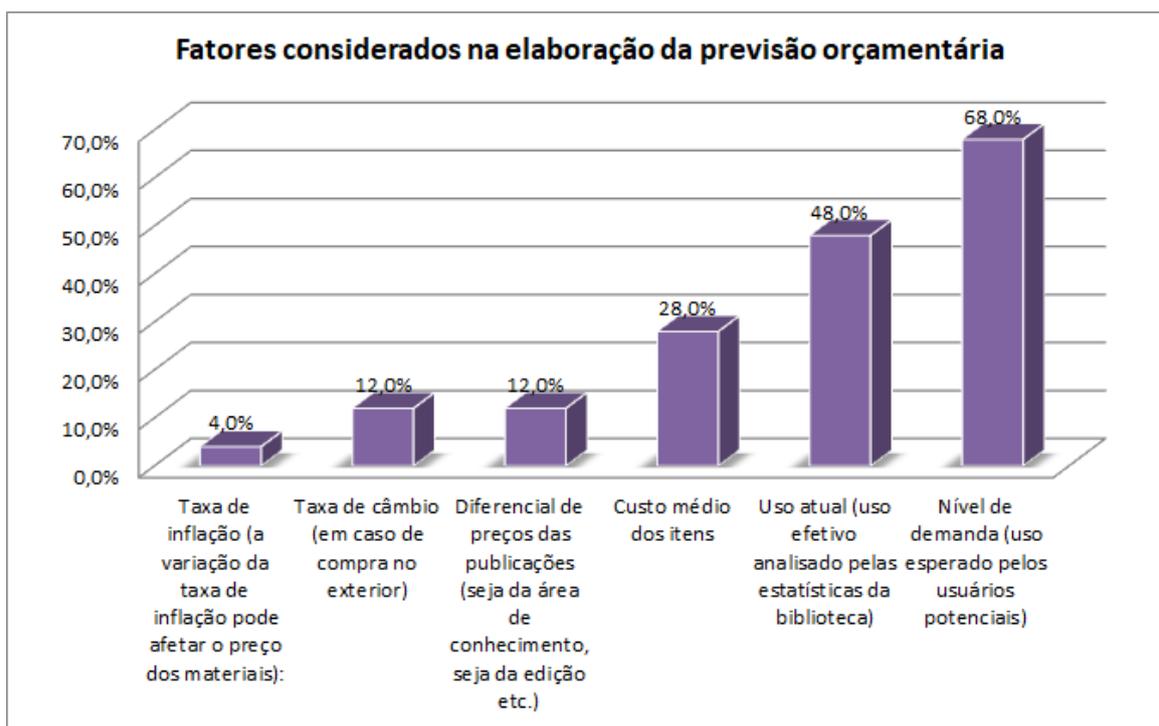
Quando questionado qual o profissional que operacionaliza esse processo dentro da instituição, o Bibliotecário de aquisição desponta como a maior recorrência, com cerca de 40% (gráfico 3). O que acaba se revelando algo de positivo, tendo em vista que a literatura especializada sobre o tema indica que o profissional Bibliotecário é detentor de mais conhecimentos relacionados aos procedimentos que envolvem a aquisição de materiais bibliográficos. Ao Bibliotecário seguem-se a Pró-reitora, com 32% e outros profissionais todos com cerca de 4%.

Todavia, embora pareça paradoxal, a responsabilidade pela previsão orçamentária encontra-se pulverizada em decorrência dos demais atores envolvidos na atividade de previsão orçamentária, tais como o diretores de núcleos (4%), Pró-Reitoria (4%) e Pró-Reitoria de Planejamento (4%), conforme os dados coletados (gráfico 3). Embora não

pareça aconselhável delegar esse tipo de função a tais profissionais não sabemos exatamente o contexto em que o fazem. É possível questionar se eles recebem essa responsabilidade ou se limitam a colaborar em níveis distintos de profundidade com o setor.

Uma vez estabelecido o responsável pela previsão orçamentária é recomendado que este profissional se atente aos critérios mencionados na literatura especializada que nortearão esse processo a fim de torná-lo o mais racional possível. Dentre os fatores relevantes para a elaboração de previsão orçamentária, destacam-se os mencionados por Andrade e Vergueiro (1996). São eles: custo médio dos itens, taxa de câmbio, diferencial de preços das publicações, nível de demanda e uso atual do material. O gráfico 4 mostra a porcentagem atribuída a cada uma dessas especificações mencionadas:

Gráfico 4 - Fatores considerados na elaboração da previsão orçamentária



Fonte: a autora (2018)

Os níveis de demanda (68%), o uso atual dos materiais bibliográficos (48%) e o custo médio dos itens (28%), são os principais fatores considerados na previsão orçamentária pelos respondentes da amostra. Os critérios 'taxa de câmbio' e 'diferencial de preços das publicações' aparecem empatadas em seu nível de relevância, com cerca de 12% ambos. A taxa de inflação desponta como o fator com menor índice de expressão, com apenas 4%. A

taxa de 12% atribuída ao critério taxa de câmbio pode ser um indício de que as bibliotecas da amostra não estão adquirindo obras estrangeiras diretamente do fornecedor.

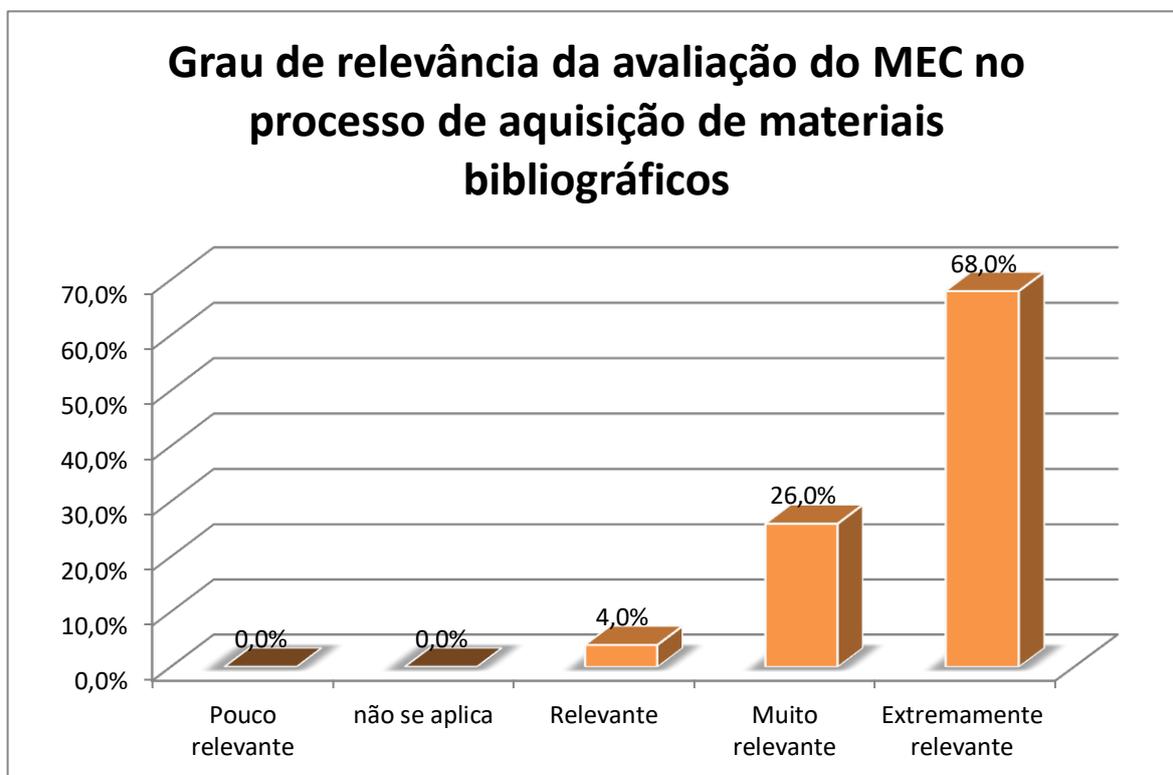
Essa combinação de critérios é vista por Andrade e Vergueiro (1996) como conveniente. Os autores ainda apontam outros aspectos que não foram citados pelos Bibliotecários da amostra, como o número de alunos professores e pesquisa matriculados na instituição, por exemplo.

Por meio de livre resposta, foi dada aos Bibliotecários a possibilidade de expressarem outros fatores considerados na elaboração da previsão orçamentária. Nesse contexto, foi ressaltada a preocupação em incluir no planejamento os valores financeiros relativos aos materiais que atendessem a bibliografia básica dos cursos abrangidos pela universidade, assim como as bibliografias complementares. Esses comentários refletem a discussão realizada na revisão de literatura sobre as bibliotecas estarem sujeitas à avaliação do MEC, a qual é realizada por meio dos instrumentos avaliativos elaborados pelo INEP que trazem critérios específicos em relação ao desenvolvimento de coleções das bibliotecas.

Por meio dos resultados da pesquisa, pode-se perceber que a avaliação do MEC⁷ é valorizada tanto no processo de previsão orçamentária quanto na aquisição. O gráfico 4 demonstra que 68% da amostra consideram as exigências do MEC como extremamente relevante para o processo de aquisição, seguido de muito relevante (26%), relevante (4%). Os graus pouco relevante e não se aplicam aparecem com 0%. Pelo fato da avaliação do MEC pontuar questões relativas às quantidades de bibliografia básicas e complementares que devem constar nas bibliotecas, é possível compreender o alto índice atribuído ao critério de demanda como o principal fator na previsão orçamentária (gráfico 4).

⁷ Por meio de comentário livre um dos respondentes ressaltou que os livros são comprados de acordo com os cursos que receberão visita do MEC, considerando que a instituição não possuía verba total para a demanda de pedidos realizados pelos professores para suas bibliografias básicas e complementares.

Gráfico 5 - Grau de relevância da avaliação do MEC no processo de aquisição de materiais bibliográficos

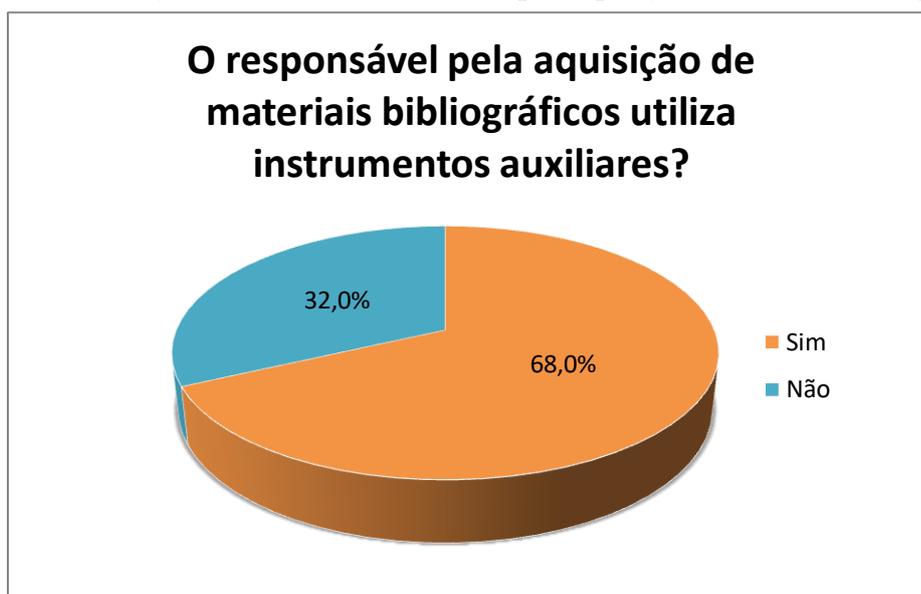


Fonte: a autora (2018)

Tão importante quanto os critérios mencionados para a previsão orçamentária é a utilização de instrumentos auxiliares para a realização da aquisição de materiais bibliográficos. Sua relevância é ressaltada por Andrade e Vergueiro (1996) e reiterada por Weitzel (2013) ao incluírem os instrumentos auxiliares como um dos elementos pertencentes à política de aquisição.

Visto isso, foi perguntado aos Bibliotecários por meio do questionário se esses utilizam tais instrumentos (gráfico 6).

Gráfico 6 - Utilização de instrumentos auxiliares para aquisição de materiais bibliográficos

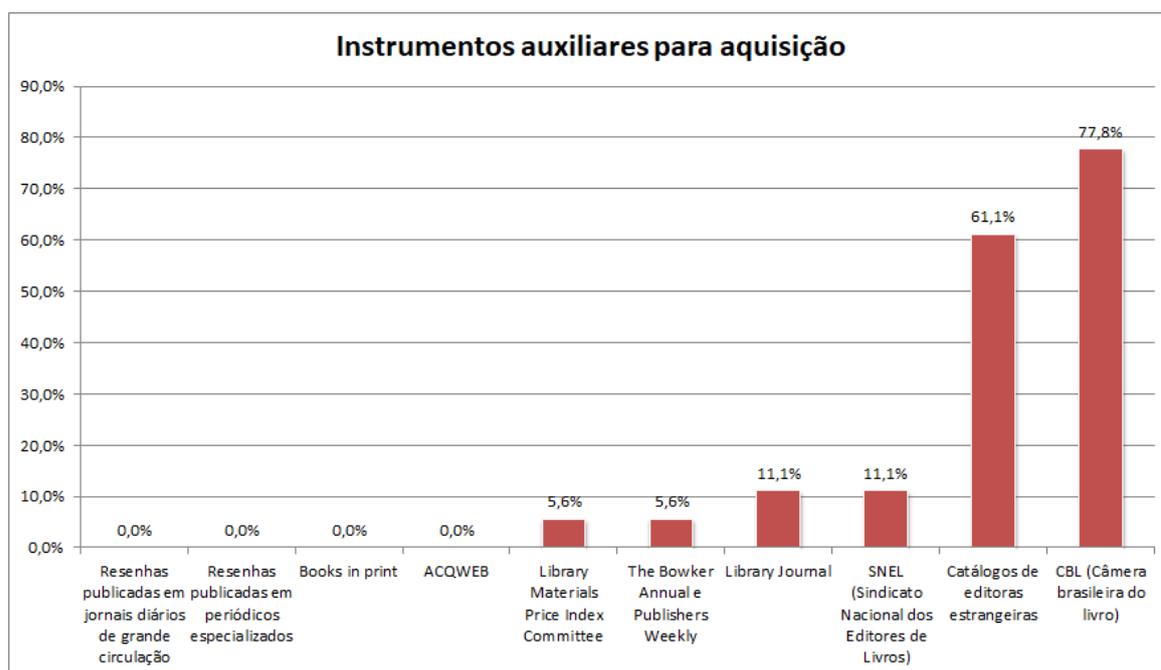


Fonte: a autora (2018)

O resultado da pesquisa demonstrou que 68% dos responsáveis pela aquisição de materiais bibliográficos utilizam instrumentos auxiliares. A alta porcentagem corrobora as concepções dos autores supracitados.

Como visto na revisão de literatura, os autores Andrade e Vergueiro (1996), Weitzel (2013) e Evans e Saponaro (2012) indicam importantes instrumentos auxiliares. Mediante a isso, o questionário procurou saber quais instrumentos são utilizados pelos responsáveis pela aquisição (gráfico 7).

Gráfico 7 - Instrumentos auxiliares para aquisição de materiais bibliográficos

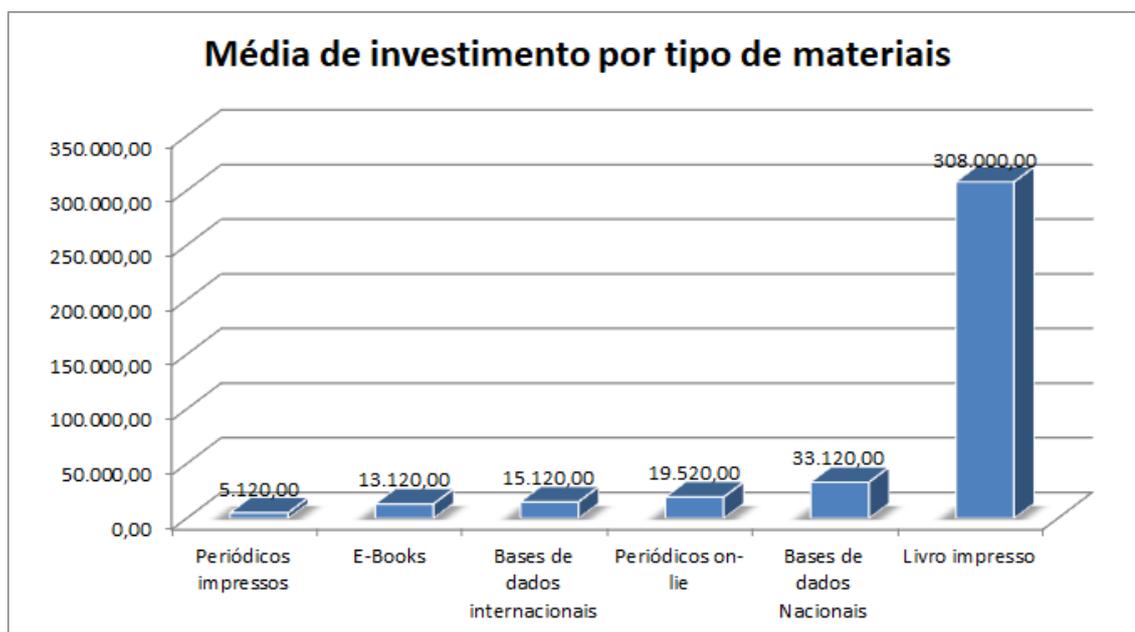


Fonte: a autora (2018)

Por meio das respostas obtidas, observou-se que o instrumento mais utilizado é a CBL (Câmara Brasileira do Livro) com 77,8%, seguida dos catálogos de editoras estrangeiras (61,1%). Apesar do instrumento *Acqweb* ser citado por autores especialistas brasileiros e estrangeiros, como Weitzel (2013) e Andrade e Vergueiro (1996) e Evans e Saponaro (2012), esse instrumento aparece com taxa 0% de utilização. Observa-se também que 0% dos respondentes utiliza a resenha como um instrumento auxiliar de aquisição.

Conforme exposto na seção sobre aquisição, os acervos das bibliotecas universitárias são compostos por diferentes tipos de materiais, que vão desde livros impressos até base de dados internacionais. Dessa forma o gráfico 8 mostra qual foi a média de investimento empregado para cada tipo de material no ano de 2017 pelas bibliotecas da amostra.

Gráfico 8 - Média de investimento por tipo de material



Fonte: a autora (2018)

Verificou-se que a maior parte dos recursos financeiros foi empregada na aquisição de livros impressos, com a média de R\$ 308.000,00. Em segundo lugar aparecem as bases de dados nacionais com média de investimento de R\$ 33.120,00, seguido dos periódicos online (R\$ 19.520,00), bases de dados internacionais (R\$ 15.120,00), E-books (R\$ 13.120,00) e periódicos impressos (R\$ 5.120,08).

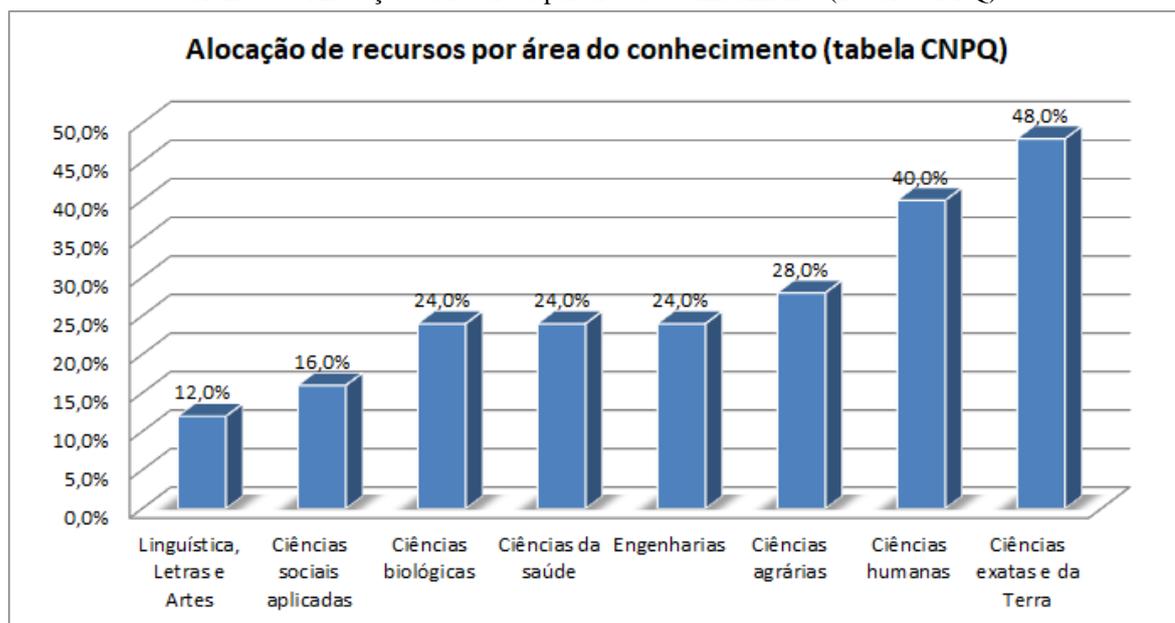
O fato de os livros impressos e os periódicos despontarem entre os três tipos de materiais que mais receberam investimento confirma as concepções de Andrade e Vergueiro (1996). Os autores afirmam que, em geral, nas bibliotecas universitárias os livros impressos e os periódicos são as compras de maiores volumes. Somado a isso, o alto investimento em periódicos pode ser um indício de preocupação em relação à renovação de assinaturas, pois manter a continuidade das coleções é de suma importância, segundo esses autores.

É válido ressaltar que os valores correspondem a uma média calculada por meio das respostas do questionário. Por meio de resposta livre, foi assinalado por uma das bibliotecas que o repasse de verbas foi nulo no ano de 2017, dessa forma não houve a possibilidade de realização de aquisição neste ano. Outro respondente assinalou que o gasto com a compra de livros impressos correspondeu a R\$ 2.980.000,00, valor discrepante em relação à média nacional.

Como discutido na revisão de literatura, a alocação de recursos é, segundo Maciel e Mendonça (2006), um dos processos mais difíceis dentro da gestão de uma biblioteca. Além da faceta administrativa, o processo de alocação de recursos possui caráter político, pois os

responsáveis por cada setor tendem a julgar que sua área necessita mais de recursos do que outras (EVANS; SAPONARO, 2012). De modo a demonstrar como os recursos financeiros são alocados entre as oito áreas do conhecimento, de acordo com a tabela do CNPQ, o questionário expõe os seguintes dados (gráfico 9):

Gráfico 9 - Alocação de recursos por área do conhecimento (Tabela CNPQ)



Fonte: a autora (2018)

O questionário não verificou a quantidade dos cursos contemplados por cada área do conhecimento, nem a quantidade de discentes e docentes. Porém, parece ser possível verificar (gráfico 9) uma tendência geral que indica maiores investimentos nas áreas de Ciências Exatas e da Terra (48%) e Ciências Humanas (40%). Em ordem decrescente de investimento aplicados despontam: Ciências Agrárias (28%), Engenharias (24%), Ciências da Saúde (24%), Ciências Biológicas (24%), Ciências Sociais Aplicadas (16%) e Linguística, Letras e Artes (12%).

Gráfico 10 - Missão das bibliotecas universitárias federais brasileiras



Fonte: a autora (2018)

Os percentuais registrados no gráfico 10 representam a distribuição da verba das bibliotecas universitárias entre as instâncias de ensino-pesquisa-extensão, respeitando assim, o artigo 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988, no tocante à indissociação dessas categorias. Percebe-se que é notória a concentração de recursos investidos na área de ensino (40%), seguido de Extensão (20%) e Pesquisa (16%).

A concentração de investimentos no ensino em detrimento das duas outras categorias apresenta correlação com a preocupação dos Bibliotecários em atenderem as exigências do MEC (gráfico 5), já que essa instância avalia as demandas dos cursos de graduação (ensino).

A porcentagem alocada para cada uma dessas categorias apontadas pela Constituição deve respeitar fatores, como por exemplo, média de alunos matriculados em cada programa, quantidade de professores, pesquisadores, cursos, programas de pesquisa, etc. (ANDRADE;VERGUEIRO, 1996).

3.2.3 Publicidade

Esse bloco apresenta dados sobre a publicação de dados para a comunidade referentes aos processos que envolvem a alocação de recursos pelas bibliotecas universitárias federais brasileiras, assim como a sua periodicidade e os meios utilizados para tal procedimento.

Gráfico 11 - Publicidade da verba alocada de acordo com a área de conhecimento



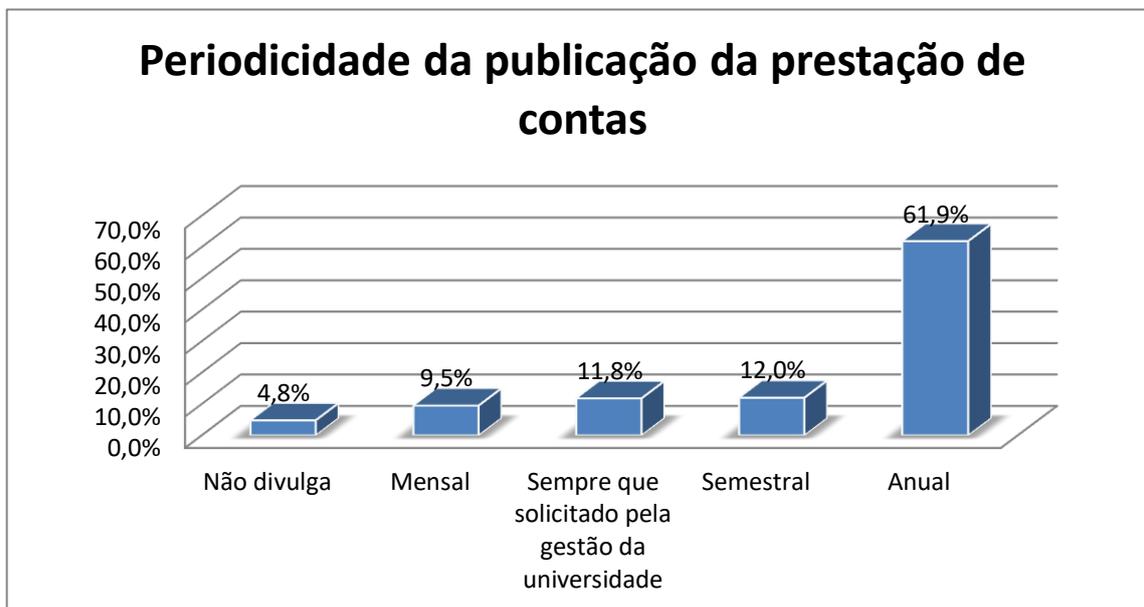
Fonte: a autora (2018)

A prestação de contas da verba destinada às atividades de aquisição de materiais bibliográficos pelas bibliotecas universitárias federais é imprescindível para que se estabeleça uma relação de transparência financeira entre a instituição e a sociedade. Porém, saber o valor bruto da verba aplicada à aquisição não é o suficiente, visto que cada área do conhecimento apresenta peculiaridades e necessidades distintas para investimentos financeiros.

Dessa forma, procurou-se por meio dessa pesquisa investigar se os responsáveis pela alocação de recursos da amostra prestam conta para a comunidade sobre a verba destinada de acordo com cada área do conhecimento abrangido pela biblioteca (gráfico 11).

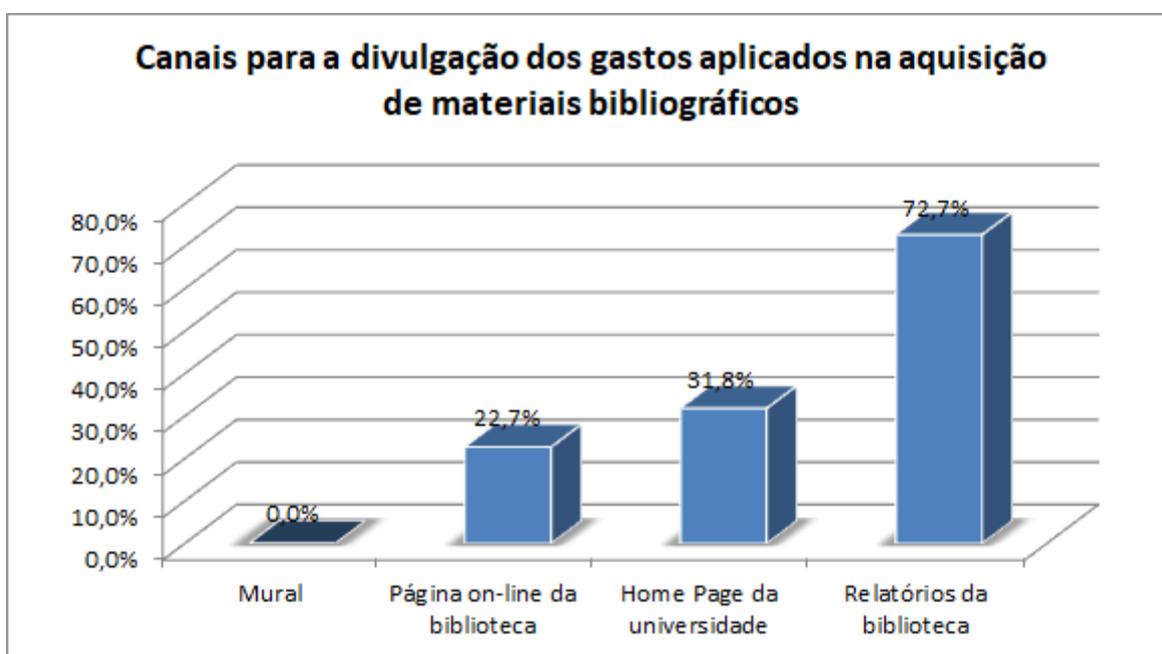
O resultado demonstra que 64% da amostra prestam conta, o que é algo positivo, visto que para Evans e Saponaro (2012) é dever da instituição manter tanto a comunidade como as fontes de financiamento informadas sobre o modo com o qual o dinheiro a ela confiada foi empregado. Essa transparência, segundo os autores, propicia que o processo de aquisição seja bem-sucedida.

Gráfico 12- Periodicidade da publicação da prestação de contas da verba alocada na aquisição de materiais bibliográficos



Fonte: a autora (2018)

Gráfico 13 - Canais para a divulgação dos gastos com a aquisição de materiais bibliográficos



Fonte: a autora (2018)

O gráfico 12 demonstra que a maior parcela dos respondentes (61,9%) presta contas à comunidade anualmente, seguido das prestações de conta semestral e mensal (9,5% cada), além das prestações de conta via relatório de gestão (4,5% cada). Apenas 4,8% responderam que não realizam a prestação de contas.

Em relação ao canal de divulgação desses gastos, os relatórios são apontados como os mais utilizados (72,7%). Em segundo lugar desponta a *Home Page* da universidade (31,8%), seguida da página online da biblioteca (22,7%). O mural não é considerado pela amostra como um canal para a divulgação dos dados.

Esse resultado mostra-se positivo, já que para Almeida (2005) o relatório é um componente fundamental de avaliação, visto que a autora o identifica como um instrumento que visa qualificar e analisar o desempenho da biblioteca, cuja periodicidade pode variar.

Maciel e Mendonça (2006) ressaltam que a função do relatório pode ir além da prestação de contas. Ele serve também para apresentar a biblioteca aos seus potenciais usuários, fornecendo a eles informações acerca dos materiais bibliográficos adquiridos. Dessa forma é possível atrair diferentes perfis de usuários para a biblioteca.

Ressalta-se que o questionário ofereceu a possibilidade do respondente marcar mais de uma opção para os canais de divulgação da prestação de contas. Dessa forma, verificou-se que em alguns casos, o relatório é divulgado também na *home page* da biblioteca que via de regra está inserida na *home page* da universidade. O apêndice C oferece alguns links de acesso para esses relatórios que foram disponibilizados pela amostra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cruzamento dos dados tabulados com as teorias expostas na revisão da literatura fornece uma dimensão da empregabilidade dos critérios de previsão orçamentária e alocação de recursos para aquisição de materiais bibliográficos nas bibliotecas universitárias federais brasileiras

Por meio dos resultados, é possível identificar que há maior atenção dos responsáveis por esses processos em determinados critérios em detrimento de outros. Em relação aos fatores para previsão orçamentária, percebe-se que o nível de demanda exerce predominância sobre os demais. Somado a esse indicativo, foi enaltecido, por meio de comentário livre, que o atendimento aos critérios avaliativos do MEC é posto como prioridade no que tange a previsão orçamentária e aquisição de materiais bibliográficos. Pode-se perceber essa tendência por meio do alto grau de relevância atribuído à avaliação do MEC como um fator a ser considerado no processo de aquisição de materiais.

Outro dado salientado é a concentração de investimento alocada no ensino, em comparação com a pesquisa e extensão. Esse fato guarda correspondência com o peso atribuído à avaliação do MEC, a qual se atém em verificar aspectos relacionados aos cursos de graduação (ensino). O resultado demonstra que a verba alocada no ensino é superior à soma dos investimentos destinados à pesquisa e extensão juntos. Esse quadro pode ser um indicativo de futuro problema, já que a universidade pública tem papel fundamental na produção de pesquisas acadêmicas.

No que se refere à racionalização dos processos de previsão orçamentária e aquisição de materiais bibliográficos, a pesquisa mostrou um dado positivo. A maior parte da amostra confirma o uso de instrumentos auxiliares para a realização de aquisição. Porém, percebe-se que há pouca variedade de instrumentos utilizados. Esse cenário não é o ideal, visto que, a biblioteca universitária é composta por materiais de diferentes áreas do conhecimento e variados idiomas, por exemplo. Devido a essa diversidade, indica-se a utilização de diferentes instrumentos auxiliares capazes de abarcar os distintos aspectos apresentados.

O resultado da pesquisa é capaz de oferecer recomendações aos responsáveis pelos processos de aquisição, previsão orçamentária e alocação de recursos:

- A) Elaboração de uma política de aquisição de materiais que abarque variados critérios e fatores expostos nesse estudo para o norteamento dos processos já mencionados;
- B) Publicação da política de aquisição em canais oficiais da universidade, tornando-o um instrumento político capaz de apaziguar conflitos referentes aos processos de aquisição de materiais bibliográficos, previsão orçamentária e alocação de recurso;
- C) Utilização da política de aquisição como instrumento administrativo capaz de garantir a obediência das diretrizes por ela estabelecida independentemente de futuros imprevistos (demissão de funcionário, falecimento de funcionário etc.).
- D) Utilização da política de aquisição como instrumento capaz de embasar as negociações por investimentos financeiros entre Bibliotecários e as fontes de recursos reais e potenciais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005.

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - DAES - SINAES. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/instrumentos/manuais>. Acesso em: 5 ago. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lista de universidades federais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASÍLIA, DF. **Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collection**. 4th ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

EVANS, G. Edward; SAPONARO, Margaret Zarnosky. **Collection management basics**. 5th ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2005.

EVANS, G. Edward; SAPONARO, Margaret Zarnosky. **Collection management basics**. 6th ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2012.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

MAIA, Luiz Cláudio Gomes; SANTOS, Maria De Souza Lima. Gestão da biblioteca universitária: análise com base nos indicadores de avaliação do MEC. **Perspect. ciênc. inf.**

.2015, vol.20, n.2, pp.100-119. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2079>. Acesso em: 10 out. 2018.

SOARES; L. R.; FARIAS, M. C. M.; FARIAS, M. M. Ensino, pesquisa e extensão: histórico, abordagens e conceitos. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 11-18, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao> Acesso em: 11 out. 2018.

WEITZEL, Simone R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

APÊNDICE A – Relação das Bibliotecas Universitárias Brasileiras elencadas no portal MEC

FURG	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
UFABC	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
UFAC	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
UFAL	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UFAM	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
UFBA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UFC	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UFCA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
UFCG	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UFCSPA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
UFERSA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
UFES	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
UFF	-	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
UFFS	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
UFG	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UFGD	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
UFJF	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

UFLA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
UFMA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UFMG	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UFMS	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
UFMT	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO
UFOB	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
UFOP	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
UFOPA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
UFPA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
UFPB	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UFPE	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UFPEL	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
UFPI	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
UFPR	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
UFRA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
UFRB	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
UFRGS	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UFRJ	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UFRN	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
UFRPE	-	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

UFRR	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
UFRRJ	-	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UFS	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
UFSB	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
UFSC	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UFSCar	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
UFSJ	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
UFSM	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UFT	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
UFTM	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
UFU	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UFV	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
UFVJM	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
UnB	-	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIFAL- MG	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
UNIFAP	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
UNIFEI	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
UNIFESP	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
UNIFESSPA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
UNILA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

UNILAB	-	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
UNIPAMPA	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIR	-	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA
UNIRIO	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIVASF	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
UTFPR	-	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

APÊNDICE B – Questionário enviado para a amostragem

Aquisição de materiais bibliográficos nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: previsão orçamentária e alocação de recursos

Esse questionário foi elaborado com o objetivo de investigar como o processo de aquisição de materiais bibliográficos é realizado nas Bibliotecas Universitárias Federais brasileiras - em especial no processo de previsão orçamentária e alocação de recursos. O resultado obtido servirá de material para TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e também como instrumento de ensino a ser utilizado na disciplina "Formação e Desenvolvimento de Coleções" do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

A AUTORA GARANTE O ANONIMATO DAS INSTITUIÇÕES QUE RESPONDEREM AO QUESTIONÁRIO.

Inicie a pesquisa preenchendo o campo com o seu e-mail INSTITUCIONAL:

Endereço de e-mail:

- **ORIGEM DAS VERBAS**

Destina-se a investigar as principais fontes de verbas das Bibliotecas Universitárias Federais do Estado do Rio de Janeiro

**1) As verbas para aquisição de materiais bibliográficos são provenientes do (a):
(sendo 5= maior recurso; 1= menor recurso e 0= não se aplica)**

- A) Ministério da Educação (MEC)
- B) Fundo de Amparo a Pesquisa (FAP)
- C) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- D) Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ)
- E) Lei Rouanet

2) Caso haja outra fonte não mencionada, registre aqui:

• AQUISIÇÃO, PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Destina-se a investigar quais os fatores considerados pelo responsável pela aquisição de materiais bibliográficos na previsão orçamentária, bem como se dá a repartição da verba da Biblioteca e sua distribuição de acordo com o tipo de material e as áreas de conhecimento.

3) Em termos institucionais a responsabilidade pela previsão orçamentaria da biblioteca é realizada pelo (a):

- A) Biblioteca Central
- B) SIBI
- C) Bibliotecas Setoriais
- D) Outros_____

4) Quem é o responsável na unidade pelas atividades de previsão orçamentária?

- A) Bibliotecário de aquisição
- B) Contador
- C) Assistente administrativo
- D) Técnico em Biblioteconomia
- E) Estagiário
- F) Pro-Reitoria
- G) Outros_____

5) Quais fatores são levados em consideração para estabelecer a previsão orçamentária na sua instituição? Marque na escala de 0 a 5 o grau de importância para cada fator elencado (sendo 5= maior grau, 1= menor grau de importância e 0 = não se aplica).

- A) Custo médio dos itens:
- B) Taxa de câmbio (em caso de compra no exterior):

- C) Diferencial de preços das publicações (seja da área de conhecimento, seja da edição etc.)
- D) Taxa de inflação (a variação da taxa de inflação pode afetar o preço dos materiais):
- E) Nível de demanda (uso esperado pelos usuários potenciais):
- F) Uso atual (uso efetivo analisado pelas estatísticas da biblioteca)
- G) Caso haja outros fatores, registre aqui:

6) O responsável pela aquisição de material bibliográfico utiliza algum instrumento auxiliar (fontes de informação) para essa tarefa? Em caso de resposta negativa, pule a próxima questão.

- A) Sim
- B) Não

7) Se você marcou "sim" na questão anterior, indique os instrumentos auxiliares (fontes de informação) utilizados:

- A) Catálogos de editoras estrangeiras
- B) Catálogos de editoras nacionais
- C) CBL (Câmara Brasileira do Livro)
- D) Library Journal
- E) Library Materials Price Index Committee
- F) Resenhas publicadas em jornais diários de grande circulação
- G) Resenhas publicadas em periódicos especializados
- H) SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros)
- I) The Bowker Annual e Publishers Weekly
- J) Books in print
- K) ACQWEB
- L) Outros_____

8) Em média quanto foi gasto no ano anterior (2017) para cada tipo de material bibliográfico elencado abaixo:

- A) Livro impresso
- B) Periódicos impressos
- C) Periódicos online
- D) E-books
- E) Bases de Dados Nacionais
- F) Bases de dados internacionais

- 1. 0,00
- 2. 8.000,00
- 3. 20.000,00
- 4. 40.000,00
- 5. 60.000,00
- 6. 80.000,00
- 7. 100.000,00
- 8. 120.000,00
- 9. 140.000,00
- 10. 180.000,00
- 11. 200.000,00
- 12. 250.000,00
- 13. 300.000,00
- 14. 350.000,00
- 15. 400.000,00
- 16. 450.000,00
- 17. 500.000,00
- 18. 550.000,00
- 19. 600.000,00
- 20. 650.000,00
- 21. Outro _____

G) Caso haja outros, registre aqui:

9) Considerando que a verba alocada para compra de itens (materiais bibliográficos) representa 100% da verba recebida pela sua biblioteca, como foi a distribuição (estimativa) desse montante de acordo com a área de conhecimento?

- A) Ciências Agrárias
- B) Ciências biológicas
- C) Ciências da Saúde
- D) Ciências Exatas e da Terra
- E) Engenharias
- F) Ciências Humanas
- G) Ciências Sociais Aplicadas
- H) Linguística, Letras e Artes

- 1. 0%
- 2. 5%
- 3. 10%
- 4. 15%
- 5. 20%
- 6. 25%
- 7. 30%
- 8. 35%
- 9. 40%
- 10. 45%
- 11. 50%
- 12. 55%
- 13. 60%
- 14. 65%
- 15. 70%
- 16. 75%
- 17. 80%
- 18. 85%
- 19. 90%
- 20. 100%

10) Considerando a tríplice missão das bibliotecas universitárias (atendimento ao ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO), qual foi a porcentagem de recursos financeiros aplicada em cada categoria no ano de 2017?

- A) Porcentagem aplicada ao ENSINO:
- B) Porcentagem aplicada à PESQUISA:
- C) Porcentagem aplicada à EXTENSÃO:

- 1. 0%
- 2. 10%
- 3. 15%
- 4. 20%
- 5. 25%
- 6. 30%
- 7. 35%
- 8. 40%
- 9. 45%
- 10. 50%
- 11. 55%
- 12. 60%
- 13. 65%
- 14. 70%
- 15. 75%
- 16. 80%
- 17. 85%
- 18. 90%
- 19. 95%
- 20. 100%
- 21. Outros_____

11) Sabe-se que a visita do MEC às bibliotecas universitárias federais é uma rotina para a qual o bibliotecário necessita se preparar. Qual é o grau de relevância dada aos critérios elencados pelo MEC para avaliação do acervo no momento da aquisição de materiais bibliográficos em sua biblioteca?

- A) Não se aplica
- B) Pouco relevante
- C) Relevante

- D) Muito relevante
- E) Extremamente relevante

- **PUBLICIDADE**

Destina-se a investigar se a previsão orçamentária é tornada pública para a comunidade

12) A biblioteca presta conta para a sua comunidade informando quanto foi gasto em cada área do conhecimento? Em caso negativo, vá para a questão 16.

- A) Sim
- B) Não

13) Em relação à questão anterior, qual é a periodicidade da divulgação dessas informações?

- A) Anual
- B) Semestral
- C) Trimestral
- D) Bimestral
- E) Mensal
- F) Outro_____

14) Qual (is) é (são) o (s) meio (s) escolhido (s) para fazer a divulgação dos dados sobre os gastos?

- A) Home Page da Universidade
- B) Página online da biblioteca
- C) Mural
- D) Relatórios da biblioteca

15) Se a divulgação dos dados sobre os gastos da Biblioteca com materiais bibliográficos é realizada em meio eletrônico informe a URL ou, se possível, envie o arquivo em pdf para tessali.biblio@gmail.com

16) Prezados, caso seja de seu interesse, utilize o campo abaixo para fazer as suas recomendações ou comentários de forma livre.

APÊNDICE C - *Links* de acesso aos relatórios de aquisição de materiais bibliográficos disponibilizados por parte da amostra

<https://www.bc.ufg.br/p/988-novas-aquisicoes>

<https://www.bc.ufg.br/p/988-novas-aquisicoes>

<https://www.bc.ufg.br/p/988-novas-aquisicoes>

<https://www.bc.ufg.br/p/988-novas-aquisicoes>

<https://www.bc.ufg.br/p/988-novas-aquisicoes>

<https://www.bc.ufg.br/p/988-novas-aquisicoes>

<https://www.bc.ufg.br/p/988-novas-aquisicoes>

<http://www.ndc.uff.br/content/relat%C3%B3rios-de-gest%C3%A3o>

